



EDITAL

Informam-se todos os interessados que nos termos do Artigo 14º, nº 1 e 2 da lei 75/2013 de 12 de setembro, foi convocada uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, para o dia 28 de abril de 2015, pelas 21.00h, no CASARÃO - salão da Associação de Moradores do Casal das Figueiras, Rua Associação de Moradores, 2900-121 Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

A) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

B) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

C) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES;
2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE;
3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS/2014 (Controlo Orçamental da receita e da despesa; PPI; Mapa do Pessoal; Relatório de Gestão 2014; Mapa Fluxo de caixa; Operações de Tesouraria; Reconciliações Bancárias 2014; Caracterização da Entidade 2014; Norma do Controlo Interno 2014; Relação Nominal dos Responsáveis 2014)
4. APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS;
5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL/2015;
6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS.

Setúbal, 17 de abril de 2015

A Presidente da Assembleia de Freguesia





Aos vinte e oito dias do mês de abril dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal, em sessão ordinária no salão da Associação de Moradores do Casal das Figueiras - Edifício CASARÃO, na Rua Associação de Moradores, 2900-121 Setúbal.

Foi Presidida por Ana Isabel Espada Pereira, secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço como 1ª secretária, por Dina Maria Ferreira Rocha Lança como 2ª secretária e todos os eleitos presentes, conforme folha de presenças assinada.-----

C) PERIODO DA ORDEM DO DIA

1 - Aprovação das atas das sessões anterior:

Ata nº 6/2014 de 18 e 22 de dezembro;

Ficou aprovada por maioria com uma abstenção do membro Victor Cunha, por não ter estado presente;

Ata nº 1/2015 de 26 de janeiro de 2015;

Ficou aprovada com quinze votos a favor (6-CDU; 1-BE; 5-PS; 3-Coligação Por Setúbal, Por Si) e quatro abstenções (1-CDU; 2-PS; 1- Coligação Por Setúbal, Por Si);

3 - Discussão e votação da Prestação de contas/2014:

Controlo Orçamental da Receita e da Despesa; PPI; Mapa do Pessoal; Relatório de Gestão 2014; Mapa Fluxo de Caixa; Operações de Tesouraria; Reconciliações Bancárias 2014; Caracterização da Entidade 2014; Norma de Controlo Interno 2014; Relação Nominal dos Responsáveis 2014;

Ficou reprovada;

5 - Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental/2015;

Ficou aprovada com oito votos a favor (7-CDU e 1- BE) e onze abstenções (7-PS; 4- Coligação Por Setúbal, Por Si) .

6 - Discussão e votação da Proposta de Alteração do Regulamento e Tabela Geral de taxas e Licenças;

Foi retirado;

7- Discussão e votação da Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia de Freguesia;

Ficou aprovado por unanimidade

Para efeitos do nº 3 do Artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações dos pontos números 1; 3; 5; 6 e 7 constantes da ordem de trabalhos e acima discriminados, foram aprovados em minuta da ata por unanimidade.

A PRESIDENTE Ana Pereira

A 1ª SECRETÁRIA Donatília Rosa

A 2ª SECRETÁRIA [Assinatura]

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL DO MUNICÍPIO DE SETUBAL, REALIZADA AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E QUINZE

ATA Nº 2/2015

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal do Município de Setúbal, no salão da Associação de Moradores do Casal das Figueiras – CASARÃO, sito na Rua Associação de Moradores, 2900-121 Setúbal. -----

A Mesa da Assembleia foi presidida por, **ANA ISABEL ESPADA PEREIRA (PS)**, secretariada por Donatilia Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS) como primeira secretária e Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS) como segunda secretária. -----

Compareceram os seguintes membros:-----

Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária -----

Maria Luís Alves da Silva Nunes; João Luís de Matos Barreiros Poeira; Alberto Manuel de Sousa Pereira; Maria de Fátima Fernandes Ferreira; António José de Oliveira Freixo; Jorge Gordo Martins; Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto. -----

Bancada do PS – Partido Socialista -----

Paulo Alexandre Tavares Gomes; Paulo Jorge Oliveira da Silva; Pedro Alexandre Gonçalves Conde de Jesus; Victor Manuel Fernandes Cunha.-----

Bancada da Coligação de Por Setúbal, Por Si -PPD/PSD.CDS-PP -----

Pedro Gaivéo Duarte Luzio; Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto; José Manuel de Oliveira Picoto; Paulo José Teixeira da Silva Mateus.-----

Bancada do BE – Bloco Esquerda -----

Carlos Manuel dos Reis Branco. -----

EXECUTIVO DA JUNTA -----

Presidente – Rui Manuel do Rosário Canas (CDU) -----

Tesoureiro – Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU) -----

Secretário - Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (CDU) -----

Vogal - Ciro de Sá Silva (PS) -----

Vogal - João Vítor Miranda Inácio (PS) -----

Vogal - Vítor José Ferreira Vargas dos Santos Batista (Coligação Por Setúbal, Por Si) -----

Vogal - Maria Cristina Pires Diz Viegas (CDS) (Coligação Por Setúbal, Por Si) -----

Não compareceram os seguintes membros: -----

Ana Lúcia de Castro Godinho (PS); Carlos Alberto Calçada Cunha (Coligação de Por Setúbal, Por Si). -----

A Presidente da Mesa após cumprimentar todos os presentes deu por aberta a Sessão quando eram vinte e uma horas e vinte e seis minutos. Em nome da Assembleia de Freguesia agradeceu, à

Associação de Moradores do Casal das Figueiras, a cedência da sala, permitindo assim mais uma sessão descentralizada, promovendo a proximidade da população aos eleitos e com isso a intervenção dos fregueses na sessão comunicando os seus problemas. Seguidamente procedeu à chamada, registando as presenças e os pedidos de substituição de alguns membros por não poderem estar presentes, a saber: Tiago Jorge Carrilho Oliveira (PS) (anexo 1) que tinha suspensão de mandato por um ano e pediu substituição para esta sessão; Ana Lúcia de Castro Godinho (PS) (anexo 2) - substituída pelo membro Victor Manuel Fernandes Cunha (PS), o qual já tinha tomado posse; Carlos Alberto Calçada Cunha (anexo 3) (Coligação Por Setúbal, Por Si) substituído por Paula Cristina Lopes Claro (anexo 4) que por sua vez pediu substituição pelo membro seguinte na lista, José Manuel de Oliveira Picoto, que tomou posse, tendo sido investido nas suas funções após verificada a legitimidade e a identidade do eleito pela Presidente da Mesa e este ter prestado o juramento legal. (anexo 5) -----

Seguidamente a Presidente da Mesa deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos:-----

A) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Após ter perguntado se haviam intervenções, deu a palavra ao munícipe senhor **Luís Dorey Manuel** que, ao identificar-se disse ser proprietário de um terreno situado junto ao Moinho, atualmente em obras e cuja envolvente, por também estar em obras, tinha-lhe bloqueado a passagem ao portão que dá acesso à sua propriedade. Por esse motivo solicitou que fossem feitas diligências no sentido de desimpedir o referido acesso, tendo em conta que pode haver uma situação de emergência, não só a nível de Bombeiros como também a nível de Ambulâncias e ambos os veículos não conseguem passar. -----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao munícipe seguinte, senhor **Mateus do Carmo Barafusta**, morador na Rua dos Vidais nº 28, o qual após ter cumprimentado todos os presentes referiu que o seu problema já se arrastava há alguns anos e consistia no perigo de poder haver um incêndio na sua habitação, como já tinha acontecido há cerca de 6 anos. Esse problema aconteceu e poderá acontecer derivado ao mato que entra no seu quintal e é proveniente da Quinta dos Vidais que, por ser propriedade privada, ninguém pode lá entrar para o cortar sem autorização do proprietário. Referiu que já tinha falado com o Presidente da Câmara e com o Presidente da Junta sobre este assunto, mas ambos não tinham conseguido fazer nada. No entanto, tinha conhecimento de que havia um Decreto-Lei que fazia referência a não poder haver mato até 50 metros das casas e se os proprietários dos terrenos não os limpassem, haviam entidades que o podiam fazer e apresentar-lhes as referidas despesas. Terminou solicitando que o informassem onde se deveria dirigir para solucionar o problema e qual o procedimento a ter para salvaguardar a sua casa. -----

Teve a palavra o munícipe senhor **Henrique Martins**, referindo que a limpeza, recolha de monos e varredura, no Bairro do Casal das Figueiras praticamente não existia, pois o Bairro estava totalmente abandonado, o que não acontecia quando era freguesia da Anunciada, pelo que solicitava que lhe prestassem mais atenção e não o desprezassem. Terminou dizendo estar disponível para qualquer informação que necessitassem. -----

Teve a palavra a munícipe **D. Idaleciana da Silva Soares**, solicitando a colocação de um corrimão no meio das escadas da Rua dos Metalúrgicos porque o que existe junto à parede não é funcional e por ser uma zona onde a maioria são pessoas idosas, com dificuldades em se movimentarem, justificava haver condições no acesso às casas, uma vez que as escadas são muito altas. Terminou referindo que ela já lá tinha caído várias vezes, numa partiu um braço e nas outras tinha partido os pés, por isso agradecia imenso que fosse colocado o referido corrimão no meio. -----

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta, senhor Rui Canas, o qual após cumprimentar os presentes e ter agradecido a cedência da sala à Associação de Moradores do Casal das Figueiras começou por responder às questões colocadas. Em resposta ao senhor **Luís Manuel** referiu que o problema de acesso ao portão já existia antes da obra,

não tinha sido ela a causadora do problema da passagem, mas sim o facto do terreno, naquela zona, ser muito acidentado com um grande desnivelamento. Referiu que aquando da obra, deveria ter-se arranjado uma solução para minimizar a dificuldade no acesso, no entanto isso não aconteceu, portanto tem que se solicitar à Câmara uma correção quanto ao enquadramento da obra, já feita, com o acesso ao portão. A Junta vai apresentar este assunto aos técnicos dos serviços que fizeram o projeto, para que arranjem uma solução técnica, já que a obra, apesar de ter sido feita pela Junta de Freguesia da Anunciada, o projeto foi da Câmara. Quanto ao assunto do senhor **Barafusta**, informou que não compete nem à Câmara nem à Junta de Freguesia fazer esse tipo de trabalho em propriedades privadas porque não têm poderes para o fazer, para além disso a Junta também não possui o equipamento necessário para esse tipo de trabalho. No entanto, disse ainda que, após contactar os serviços da Câmara sobre o assunto, a Junta foi informada que o proprietário já tinha sido notificado para o referido efeito, mas sem resposta. Devido há aproximação da época do calor e com ela a probabilidade de haver mais incêndios, a Junta pensou fazer o mesmo que tinha sido feito há alguns anos, ou seja alugar uma máquina que conseguisse fazer o trabalho. Perante isto, foi contactado o proprietário da máquina que, apesar da disponibilidade demonstrada, informou haver um contratempo relacionado com o tempo para se obter a licença da máquina. Entretanto, enquanto a Junta aguarda que o senhor tenha disponível a licença da máquina, o assunto será apresentado à Proteção Civil, numa reunião que há algum tempo está agendada. Seguidamente respondendo ao município, senhor **Henrique Martins**, informou que o Bairro do Casal das Figueiras não está abandonado nem esquecido, simplesmente com a União das três freguesias o pessoal existente tornou-se pouco para a área atual da freguesia. No entanto esse problema vai ser minimizado com a contratação de mais pessoal, assunto que já está a ser tratado é só uma questão de tempo e de saber esperar; até lá vamos fazendo o melhor possível com o pessoal que temos e há que ter compreensão, mas ficamos gratos que nos comuniquem todas as situações que estão menos bem para que, ao termos conhecimento, as possamos resolver. Com respeito aos Monos não é da nossa competência recolhe-los, apesar de já o termos feito quando a Câmara não o pode fazer, mas existem dias e horários específicos para isso, cujos prospetos estão nos Polos da Freguesia. Quanto ao assunto da **D. Idaleciana Soares**, lamenta as quedas ocorridas, no entanto e apesar de ser difícil a colocação de um corrimão no meio das escadas, derivado ao difícil acesso que daí advém às ambulâncias, a Junta irá analisar e verificar no terreno a possibilidade da sua colocação. Como é do conhecimento geral, todos os corrimãos existentes na área da Anunciada eram e continuam a ser feitos pelos trabalhadores da autarquia, mas para isso tem que haver disponibilidade e tempo. -----
A Presidente da Mesa teve a palavra referindo que quanto à questão colocada pelo senhor Barafusta, uma vez que a Câmara já tinha notificado o proprietário não tendo obtido resposta, já poderia agir imputando-lhe os custos e se necessário recorrer a um processo judicial. -----
Não havendo mais público para intervir, a Presidente da Mesa deu por encerrado este período e passou ao segundo ponto da ordem de trabalhos: -----

B) PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A Presidente da Mesa teve a palavra para explicar que na última sessão tinha ficado acordado fazer-se uma alteração ao Regimento da Assembleia e para isso tinha sido criada e eleita uma Comissão de Trabalho, a qual já tinha reunido e feito a devida alteração. Então, uma vez que a mesma tinha sido distribuída por todos os membros, juntamente com os documentos para a sessão, apesar de não constar na ordem de trabalhos, propunha que fosse aberto um ponto na ordem de trabalhos do dia para que a alteração fosse votada. Outra questão é que o ponto 6 da ordem do dia - **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS** o qual também tinha sido alterado por uma Comissão de Trabalho, tem que ser retirado, pois apesar de estar feito, haver proposta e ter sido distribuído, não foi a reunião do Executivo e sem a sua aprovação não pode ir à Assembleia. Seguidamente perguntou a todos os membros da Assembleia de Freguesia se concordavam na criação de um novo ponto na ordem de trabalhos do

dia, com a seguinte redação – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA** - Foram todos unânimes a que se acrescentasse este ponto à ordem de trabalhos do dia.-----

Seguidamente deu a palavra ao **Presidente da Junta**, Rui Canas, o qual a informou que lhe tinha sido entregue por escrito, conforme dita a lei e nesse mesmo dia, duas renúncia de mandato com pedido de retorno à Assembleia, dos Vogais do Executivo: Victor José Ferreira Vargas dos Santos Batista e Maria Cristina Pires Diz Viegas, ambos pertencendo à Coligação Por Setúbal, Por Si. Em face ao exposto solicitou à Presidente da Assembleia que fosse feita uma Sessão Extraordinária para o efeito.-----

A Presidente da Mesa informou terem chegado à Mesa 5 Moções todas de cariz diferente que irão ser debatidas por ordem de entrada e solicitou que o debate fosse o mais objetivo e sucinto possível, uma vez que a ordem de trabalhos é extensa e o tempo escasseia. -----

Deu a palavra à bancada da CDU para que lesse a MOÇÃO (A) (anexo 6) – Em defesa das 35 h e da publicação do ACEEP. -----

A Presidente da Mesa colocou a Moção para discussão e deu a palavra ao membro da bancada do Bloco de Esquerda, Carlos Branco, o qual referiu que concordava e reforçava a Moção, uma vez que na última sessão tinha entregado uma sobre o mesmo assunto, pois concordava que as autarquias é que deveriam fazer o seu horário de trabalho. -----

A Presidente da Mesa questionou a bancada da CDU sobre a alínea b) da referida Moção perguntando ao que se referiam ao dizer “qualquer intervenção”. -----

Em resposta o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, disse que nos acordos dos ACEEP não existem quaisquer necessidades do Governo intervir, porque não é a parte interessada no processo, o que está a ser colocado é a forma que o governo acha para se impor às autarquias, ou seja ao poder local.-----

A Presidente da Mesa colocou a MOÇÃO para votação, tendo ficado aprovada com treze votos a favor (7-CDU; 1- BE; 5-PS) e seis abstenções (2-PS; 4- Coligação Por Setúbal, Por Si). -----

A Presidente da Mesa deu a palavra à bancada do PS para que lesse a MOÇÃO (B) (anexo 7) – Moção Evocativa - 41 anos do 25 de Abril. -----

Não havendo intervenções a Presidente da Mesa colocou a Moção para votação, tendo ficado aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente deu a palavra à bancada do PS para que lesse a MOÇÃO (C) (anexo 8) – 1º DE MAIO -----

Não havendo intervenções a Presidente da Mesa colocou a Moção para votação, tendo ficado aprovada por unanimidade. -----

A Presidente da Mesa deu a palavra à bancada do Bloco de Esquerda para que lesse a MOÇÃO (D) (anexo 9) – Em defesa da proteção de crianças e jovens em risco. -----

Não havendo intervenções a Presidente da Mesa colocou a MOÇÃO (D) para votação, tendo ficado aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente deu a palavra à bancada do Bloco de Esquerda para que lesse a MOÇÃO (E) (anexo 10) – A água é um bem público, não pode ser privatizada.-----

Não havendo intervenções a Presidente da Mesa colocou a MOÇÃO (E) para votação, tendo ficado aprovada por unanimidade. -----

Teve a palavra a membro da bancada do PS, Dina Lança, que após cumprimentar todos os presentes questionou se, à semelhança do que foi feito a duas reentrâncias para resguardo de contentores, também vão ser feitas para os restantes contentores na Rasca uma vez que a maioria estão muito danificados. Quanto aos buracos no asfalto continuam sem alcatrão e a situação piora de dia para dia. Terminou a sua intervenção referindo que as bermas da estrada continuam sem proteção, principalmente na zona do aqueduto, ou seja perto da casa dos cantoneiro junto ao cruzamento da

Gávea e Parque de Campismo, toda aquela zona deveria ter um resguardo como proteção e estar bem sinalizada pois ao estacionarem os carros, na zona das Palmeiras, podem cair no ribeiro. ----- Seguidamente teve a palavra a membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Ana Nieto, fazendo referência sobre os acessos à Escola Preparatória do Bocage que estão cada vez mais perigosos para as crianças, derivado ao movimento dos carros que aí estacionam ocupando a zona pedonal. -----

Teve a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, Carlos Branco, referindo que deveriam ser criadas brigadas locais de Proteção Civil nas Junta de Freguesia, para que se criassem condições que salvaguardassem o após catástrofes, como aconteceu aquando das cheias e dos incêndios. Referindo-se ao bom trabalho que tem sido desenvolvido no Bairro Azul na Bela Vista, com várias intervenções de carácter social como seja a integração dos jovens na comunidade, disse que o mesmo poderia ser feito nos nossos Bairros como seja no Bairro do Grito do Povo, no Bairro do Casal das Figueiras e todos os outros mais problemáticos. Para isso apresentou uma série de propostas a considerar caso o Executivo estivesse interessado. -----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta, para que este respondesse às questões que lhe tinham sido colocadas. Em resposta à D. Dina Lança, disse que estava previsto todos os contentores levarem base e fixadores. Quanto ao asfalto já tinha sido feito um levantamento e enviado para a Câmara, no entanto haviam situações que, por serem muito complicadas, estavam a ser estudadas. Em relação ao aqueduto, referiu que quem tinha feito a obra é que deveria ter tido atenção com essa situação. Este assunto não diz respeito nem à Câmara nem à Junta, no entanto como iria acontecer uma reunião com as Estradas de Portugal o assunto iria ser apresentado. Seguidamente respondendo ao membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Ana Nieto, disse que o problema de estacionarem as viaturas na zona pedonal da Escola Básica do Bocage já existia há muito e que por ser perigoso para as crianças que aí circulam, já tinha sido colocado à Câmara para que os serviços competentes arranjassem uma solução. No entanto ainda não o tinham conseguido porque os terrenos nessa zona tinham dono, logo não podiam ser fechados. Terminou, referindo que no local sempre existiu sinalização, mas ninguém a respeita e que o mesmo se passa junto ao café do Clube Desportivo do Bairro do Liceu. Quanto ao exposto pelo membro da bancada do Bloco de Esquerda, Carlos Branco, quando há uma catástrofe tanto a Junta como a Câmara e os Bombeiros têm que agir, pois são as primeiras forças a fazê-lo, para além de fazerem ou não parte da Proteção Civil. No caso da Junta, esta teve que entregar à Proteção Civil uma lista dos meios que possui, caso seja requisitada numa emergência. Para além de que, em parceria com a Câmara, tem andado a estudar a criação de uma Unidade Local de Proteção Civil; no entanto este assunto coloca um problema em termos de pessoal, pois para além de mobilizar pessoas, elas têm que ter formação para o efeito, por isso este assunto tem que ser muito bem pensado e estudado. A Câmara e a Proteção Civil têm feito simulacros, como por exemplo o simulacro de incêndio, feito hoje, na Rua Paulino de Oliveira, a fim de estimularem as pessoas para se informarem como proceder no caso de uma catástrofe. Os bairros como seja o Bairro Azul na Bela Vista e outros, pertencem a um projeto de parceria “Nosso Bairro Nossa Cidade” entre a Câmara e a Junta de Freguesia de S. Sebastião que, por serem problemáticos tiveram que ser muito bem estudados, criando-se projetos de melhoramento. Terminou referindo que a Junta tem acompanhado esse projeto de regeneração social, urbana e participação cidadã, tendo, ao mesmo tempo e também em parceria com a Câmara, programado fazer nos cinco Bairros mais problemáticos da freguesia, um levantamento acompanhado de um estudo idêntico ao projeto “Nosso Bairro Nossa Cidade” mas dentro de outros moldes, começando em primeiro lugar, pelo Bairro Grito do Povo, seguindo-se o Bairro dos Pescadores, depois o Bairro de Troino e em segunda fase o Bairro do Casal das Figueiras e o Bairro Novo do Viso e numa outra fase a zona da Mouraria.-----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Pedro Jesus, referindo que nas horas de ponta, a porta do Ciclo Preparatório na Av. de Angola, chegava a ter duas e três filas de carros, gerando uma grande confusão e perigo para os alunos que saem disparados e sugeriu que, nas referidas horas de ponta, o portão nas traseiras da escola fosse aberto, diminuindo a confusão na porta principal. Terminou perguntando se estava contemplado nas obras do Alegro a reparação do asfalto que estava danificado, na zona das antigas instalações do Polo de S. Julião no Montalvão. -----

Em resposta o Presidente da Junta, Rui Canas, referiu que a abertura do portão das traseiras da escola nas horas de ponta seria uma solução a ter em conta e já tinha sido falado. Quanto ao asfalto na Rua Jorge de Sousa para além de estar incluída no plano das ruas a serem asfaltadas, toda essa zona do Montalvão iria sofrer alterações quando fosse feita a requalificação da zona. -----

Pediu a palavra a membro da bancada do PS, Dina Lança, alertando o Executivo para o facto do perigo existente para os peões que circulam no passeio na zona que dá acesso à entrada e saída de carros da Escola Sebastião da Gama.-----

Em resposta o Presidente da Junta disse que essa questão já tinha sido colocada e estava a ser estudada uma alternativa. -----

Seguidamente e não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa passou ao terceiro ponto da ordem trabalhos: -----

C) PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

A Presidente da Mesa deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos do dia – **APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES**, tendo colocado para discussão a **ata nº 6 de dezoito e vinte e dois de dezembro do ano dois mil e catorze**. Por não haver intervenções foi a mesma colocada para votação, tendo ficado aprovada por maioria com uma abstenção do membro da bancada do PS, Vítor Cunha, por não ter estado presente. Em seguida foi colocada para discussão a **ata nº 1 de vinte e seis de janeiro do ano dois mil e quinze**, que por não haver intervenções foi posta para votação com alteração no cabeçalho (título) da palavra ordinária para extraordinária. A mesma ficou aprovada por maioria, com quinze votos a favor (6 CDU; 1 BE; 5 PS; 3 Coligação Por Setúbal, Por Si) e quatro abstenções (1 CDU; 2 PS; 1 Coligação Por Setúbal, Por Si – por não ter estado presente). ----

A Presidente da Mesa passou ao segundo ponto do período da ordem do dia – **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE**, colocando o mesmo para discussão. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, questionando quantas famílias tinham sido contempladas na obra social quando no relatório se referem a “atendimento de carácter social a famílias com carência económica com vista á elaboração de uma lista” e se há seguimento com resposta a essas mesmas famílias. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, **Carlos Branco**, referindo que possivelmente algumas das ações que o senhor Presidente tinha desenvolvido não estavam espelhadas na sua totalidade, no entanto tinha sido da maior importância para a cidade, a participação da Junta no Encontro Internacional de Jogos Tradicionais, pois foi como que uma alavanca para se conseguir um parceiro internacional que apoiasse a candidatura da cidade de Setúbal a Capital Europeia do Desporto de 2016, com a participação Internacional da Associação Mundial de Jogos Tradicionais. Terminou a sua intervenção deixando um agradecimento, pessoal, pelo envolvimento do poder local nesse encontro, o qual teve lugar na Casa da Baía nos dias vinte e dois e vinte e três de Março. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, **Olinda Peixoto**, felicitando e agradecendo ao Executivo da Junta, pelo apoio que tem dado, em parceria com a Câmara, na Requalificação da Baixa Setubalense, cujo contributo tem sido como que um impulso para os comerciantes. -----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, **Paulo Gomes**, começando por agradecer à Associação de Moradores do Casal das Figueiras não só pelo empréstimo da sala, para a realização da sessão, como também por tudo o que têm feito pela cidade de Setúbal, tanto a nível social como a nível de

desporto jovem e de recreio. Seguidamente salientou o facto de ter sido convidado para os eventos que a Junta vai levar a efeito, conforme tinha solicitado numa anterior sessão, pelo que agradeceu. Quanto às intervenções nas Escolas, reparou que têm sido feitas pequenas reparações e que o que a maioria das escolas necessitam são de grandes intervenções. Terminou, perguntando se estava previsto serem feitas melhorias mais profundas nas Escolas, de modo a serem criadas melhores condições para as crianças. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, referindo que, no Relatório estava mencionado que tinham sido realizadas duas reuniões para a FESTASSO e gostava de saber se o Executivo tinha estado presente e qual tinha sido a conclusão. Continuando a sua intervenção referiu que a Junta está ligada ao Projeto Escolhas – “Agora Sim” e perguntou qual tinha sido a entidade que o tinha classificado como “Muito Bom”.-----

Teve a palavra a membro da bancada da CDU, **Fátima Ferreira**, que após cumprimentar os presentes agradeceu ao Executivo pelos trabalhos que têm sido feitos em toda a zona rural, como por exemplo na Rasca, S. Luís da Serra, Aldeia Grande, incluindo não só a desmatção e limpeza de bermas, de baldios, taludes, recolha de monos, como também na recuperação de uma ponte e na ajuda da Requalificação do Centro Comunitário da Aldeia Grande. Terminou agradecendo toda a colaboração prestada pela Junta, salientando o facto de ter sido uma mais-valia para a população da zona rural as intervenções feitas.-----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, referindo que a informação referente à área operacional estava pouco desenvolvida, pois tinham decorrido dois anos de trabalho, tinha sido inaugurado um novo espaço com pessoal lá sediado e continuava a não estar espelhado nem a área nem as funções a que os trabalhadores estavam afetos. -----

A Presidente da Mesa, uma vez não haver mais intervenções deu a palavra ao Presidente da Junta, Rui Canas, para que respondesse às questões colocadas. -----

O Presidente da Junta, Rui Canas, começou por esclarecer que o relatório apresentado não era um relatório exaustivo de tudo o que a Junta tinha feito, para o ser tinha que estar criado um sistema de registo mais aperfeiçoado, que se relacionasse com todas as áreas e com todos os diferentes setores de trabalho da Junta, o que para além de ser um trabalho exaustivo requer pessoal disponível e tempo. No entanto estavam trabalhando para que isso acontecesse brevemente. **Respondendo** ao membro, **Pedro Gaivéo**, informou-o de que todas as semanas a funcionária técnica direcionada para a Ação Social, fazia visitas e atendimentos semanais a pessoas com diversos tipos de problemas, não só dificuldades financeiras, como pedido de ajuda alimentar, pedido de alojamento, ajuda a pessoas idosas que vivem sozinhas por não terem ninguém e por vezes doentes; enfim, diversos tipos de problemas de ordem social que não dependem da Junta, mas que dentro das possibilidades destas são auxiliadas, encaminhando-as para outras instituições competentes para que os seus problemas sejam solucionados ou pelo menos minimizados. Por serem bastantes e diversificados casos não conseguimos especificar o número de famílias. Em **resposta** ao membro, **Carlos Branco**, disse que a Junta não podia ter deixado passar em branco um evento tão importante como seja o “Encontro Internacional de Jogos Tradicionais”, sem que desse o devido apoio, pelo menos a nível logístico, uma vez ter sido a Cidade de Setúbal a escolhida para esta iniciativa e cujos principais trabalhos desenvolvidos tiveram lugar na Casa da Baía. Assim, Setúbal ficou com um aliado para apoiar na candidatura a “Capital Europeia do Desporto em 2016”. Em **resposta** ao membro, **Olinda Peixoto**, disse que o trabalho realizado na Baixa de Setúbal, tinha sido um trabalho em parceria não só com a Câmara mas também com outras instituições e que a Junta não tinha investido muito financeiramente, por não o ter, no entanto tinha contribuído com muito trabalho, muito acompanhamento, muita dedicação e empenho para que os comerciantes sentissem que não estavam sozinhos e que podiam inverter a situação difícil em que se encontravam. Em **resposta** ao membro, **Paulo Gomes**, o Presidente da Junta disse que a competência da Junta em relação às Escolas consistia na área da manutenção e que nesse campo existiam reparações diárias que eram

executadas, as quais não eram tão poucas quanto poderiam pensar. Referiu, ainda, que a Junta tinha conhecimento dos problemas de cada uma e mesmo no que respeitava aos problemas infraestruturais, tinham reunido com a Câmara a fim de estudarem qual seria a melhor solução para os mesmos, apesar de algumas dessas reparações já terem sido feitas. A Junta, em colaboração com as escolas, com as comissões de pais e com a Câmara, tem vindo a elaborar um plano de trabalho a fim de se estruturar tudo o que está relacionado com as Escolas, tanto a nível do que está feito como do que falta fazer, tendo assim uma melhor noção do que se passava no Parque Escolar. Em resposta ao membro, **Pedro Gaivéo**, disse que o evento FESTASSO no “antes, durante e depois”, tinha sido o assunto mais falado no Executivo e já tinham sido feitas reuniões, com os intervenientes, a pensar no próximo evento, nas quais tinha sido criado um projeto com moldes diferentes dos utilizados em anos anteriores para que tudo funcionasse melhor, tendo também sido criada uma Comissão Coordenadora da qual faziam parte quatro Associações que em conjunto com a Junta iriam desenvolver todo o trabalho de forma a ser criada uma proposta que iria para aprovação do Executivo. Quanto á verba a ser utilizada, estava mencionada no orçamento numa rúbrica criada para o efeito. Em **resposta** ao membro, **Paulo Mateus**, primeiramente esclareceu que não tinham decorrido dois anos mas sim uns seis meses, uma vez que a área operacional tinha começado em maio de dois mil e catorze. Analisando tudo o que tinha sido feito até há presente data, concluía-se que tinham trabalhado muito em tão pouco tempo. No que respeitava ao local e área a que o pessoal operacional estava afeto, apesar de terem novas instalações e de terem adquirido diverso tipo de material, incluindo novos equipamentos e máquinas, faltava a conclusão do concurso de admissão de pessoal que estava a decorrer e só depois poderia ser feita a referida informação. Terminou referindo que muito tem sido feito com o pessoal existente, o qual se torna pouco para a área atual da freguesia. Para além de que houve a fusão das três freguesias e tudo tem sido organizado de raiz o que leva tempo, não sendo tão fácil quanto parece. -----

Teve a palavra o membro da bancada o Bloco de Esquerda, Carlos Branco, informando que após o encontro Europeu da TAFISA – The Association For International Sport for All, aqui em Setúbal, acolheram-nos excecionalmente, para além de terem aceitado, desde logo, a parceria da Câmara Municipal para a Candidatura da Cidade do Desporto em 2016; existindo, ainda, a intenção de se criar em Portugal, nomeadamente em Setúbal, um segundo Parque Temático da Europa de Jogos Tradicionais, pois está em equação, a possibilidade da TAFISA montar na Dinamarca e um segundo em Portugal, tudo isto derivado ao encontro europeu que aconteceu o mês passado aqui na cidade; sendo sua intenção apresentar uma proposta à autarquia, a fim de fazerem os Jogos Internacionais de 2020 em Setúbal. Terminou solicitando ao Executivo que fizesse um esforço, para que fosse criado nesta freguesia. -----

A Presidente da Mesa alertou-o para o facto de que estavam a discutir a informação do Presidente e este assunto não se enquadrava neste período.-----

O Presidente da Junta, Rui Canas, pediu a palavra referindo que por lapso não tinha respondido ao membro, Pedro Gaivéo, sobre o Projeto “Agora Sim”, o qual tinham herdado da Freguesia de N^a S^a Anunciada, entidade promotora, mas o mesmo tinha sido criado pelo Governo através de candidatura comunitária privada, funcionando nas antigas instalações da entidade promotora, Av. Luísa Todi 544. Terminou referindo que este Projeto tinha um Consócio e uma Comissão de Acompanhamento que o financiava e o classificava, a qual lhe tinha atribuído a classificação de Muito Bom. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, referindo que para se ter uma ideia de que a área operacional era importante, o relatório nesse campo deveria estar mais desenvolvido, haver mais informação. Quanto à relação que tinha solicitado, acerca do pessoal atual, relativamente à forma como foram contratados e a área a que estão afetos, o senhor Presidente não tinha respondido. Terminou questionando o porquê do atraso no concurso para a

colocação de pessoal, o qual já deveria ter acabado pois tinha começado em 2013 e estavam em 2015. -----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, **Paulo Gomes**, referindo que tinha questões a colocar, uma era sobre o evento FESTASSO, pois no último evento tinha-se manifestado, não contra o evento em si, mas sim contra a maneira como tinha sido organizado e gerido; para além de continuar à espera do relatório de contas referente ao ano passado. Quanto à reunião sobre o evento FESTASSO deste ano, gostava de saber se todo o Executivo tinha tido conhecimento. Outro assunto estava relacionado com a obra do Polo Operacional de Vanicelos, com a qual se congratulava, pois para além de bem-feita, também tinha sido uma boa ideia, já que ficava numa zona estratégica como ponto de apoio. No entanto gostaria de saber o motivo pelo qual o mesmo espaço tinha sido negado, pelo executivo camarário, ao anterior executivo da Junta de S. Julião e atualmente tinha sido concedido. -----

Em resposta, o **Presidente da Junta, Rui Canas**, disse que o concurso só foi feito depois do mapa de pessoal ter sido aprovado na Assembleia, seguidamente seguem os parâmetros normais e legais, pois tem que se aguardar as respostas dos serviços centrais e tudo isso leva tempo, daí a demora no processo, demora essa que tanta diferença faz nos serviços operacionais, no entanto já estamos na fase final, mas há que ter atenção aos prazos que têm que ser cumpridos. Em relação à FESTASSO do ano passado o fecho de contas está feito e é conhecido, no entanto iremos fazer chegar à senhora Presidente da Mesa uma cópia do referido documento para que seja distribuído por todos. No que respeita às atuais reuniões que se estão a fazer sobre o mesmo evento, foi criada na primeira reunião, em que o Presidente da Junta esteve presente, uma Comissão cuja função é dirigir os trabalhos nas quais participam duas funcionárias da Junta destacadas para o efeito, uma vez que já está tudo esquematizado e encaminhado é só queimar etapas, não sendo necessário a presença nem do Presidente nem de nenhum membro do Executivo. Quando os trabalhos estiverem concluídos será feito um relatório que irá a reunião de Executivo para ser avaliado. Sobre o Polo Operacional de Vanicelos e as questões colocadas pelo membro, Paulo Gomes, o Presidente referiu que a decisão foi da Câmara Municipal de Setúbal e que os motivos deveriam ser questionados ao executivo camarário -----.

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, referindo que o Presidente ainda não tinha respondido à questão por ele colocada sobre se o Executivo tinha tido conhecimento de todas as reuniões feitas com a Comissão Organizadora para o evento “FESTASSO”. -----

Ao que o **Presidente da Junta respondeu** que o Executivo tinha conhecimento de todo o processo em relação ao FESTASSO.-----

O membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, interveio, novamente, referindo que o Presidente também não lhe tinha respondido sobre o número total de famílias que a Junta tinha ajudado, apenas disse serem várias, mas que não sabiam ao certo a quantidade; por esse motivo tornava a questionar se tinham conseguido ajudar as referidas famílias de que não sabiam o número total. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, **Jorge Martins**, referindo de que a pergunta feita pelo membro Pedro Gaivéo não tinha razão de ser, uma vez que a resposta estava no Relatório da Informação do Presidente, bastava ler com atenção. Não entendia a razão da pergunta, mas o que o incomodava mais não era a pergunta e a resposta que está esplanada aqui no texto, tipo preto no branco, o que incomodava mais era o facto da altura e do tom em que é feita, pois interrompe a sequência dos trabalhos sem lógica nenhuma. -----

A Presidente da Mesa interveio esclarecendo que o membro da Assembleia tinha recolocado uma questão, tendo todo o direito de o fazer, pelo que seria o Presidente da Junta que lhe iria responder. Quanto ao tom, ela limitou-se a cortar o diálogo para que os trabalhos prosseguissem, como sempre o faz. -----

Teve a palavra o **Presidente da Junta**, corroborando com o membro Jorge Martins e remetendo o senhor Gaivéo para o relatório na área Social, Eventos e Animação onde diz o número de casos que foram ajudados. -----

A Presidente da Mesa, por não haver mais intervenções, passou ao terceiro ponto da ordem de trabalhos do dia – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS/2014**, dando por aberta a discussão deste ponto. -----

O membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **José Picoto**, pediu a palavra para colocar uma questão sobre um reparo que tinha feito ao analisar a proposta sobre este ponto, ou seja há uma situação algo caricata quando se vê uma aprovação por maioria com 3 votos a favor e 3 votos contra; com certeza que a resposta advirá do voto de qualidade do Presidente, só que isso deveria vir espelhado ou seja dizer aprovado por maioria com voto de qualidade. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, **Carlos Branco**, referindo que foi com alguma consternação que viu a referida votação, em que o Presidente tem que exercer o voto de qualidade num executivo com sete vogais em que não existe consenso para a apresentação de contas anuais, não deixa de ser estranho. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, referindo que tinha três questões a colocar. A primeira era acerca de uma rubrica nova, criada sem aprovação da Assembleia – 010206 cuja dotação era de dois mil euros com um valor de noventa e cinco euros, qual o motivo por se ter aberto uma rubrica para esta parte orçamental. Depois de todas as alterações feitas ao executarem o orçamento, existiam uma série de reforços para os quais não conseguiam explicação, como por exemplo na rubrica - Outros Bens, que tinha tido um reforço de doze mil e quinhentos euros, na rubrica - Outros Serviços, mais doze mil e quinhentos euros de reforço, nos Outros cerca de quarenta mil euros. Todas a rubricas que tinham “Outros” e que tinham sido questionadas na outra Sessão aparecem reforçadas, no entanto a Assembleia não teve conhecimento e necessita ser informada das alterações para que possa dar o seu voto de confiança, para além de que as aberturas de rubricas deveriam ir, obrigatoriamente, a Sessão de Assembleia. No entanto, até mesmo os membros do Executivo, que pertencem à nossa bancada, têm dificuldade em nos explicar o motivo da criação de novas rubricas no orçamento de 2014 sem o seu conhecimento. Terminou referindo que o saldo final por ser positivo deixava a dúvida de se poder ter feito mais coisas. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, **Paulo Gomes**, referindo que a Execução Orçamental da Junta rondava os 95%, bem longe dos 52% da Câmara Municipal, pelo que a Junta estava de parabéns. Quanto às perguntas que têm sido feitas não são por desconfiança, mas sim por falta de entendimento, derivado à falta de informação. Em relação à Aprovação de Contas referentes ao Orçamento/2014 não parece o mesmo que havia sido aprovado por esta Assembleia. No Protocolo de Competências existia um saldo por gastar de três mil e qualquer coisa euros, questionando se esse dinheiro iria ser devolvido à Câmara, como tinha acontecido com os trinta e dois mil euros referentes ao ano anterior, ou poderia ficar para compensar o saldo negativo da educação. Seguidamente lamentou a abertura de uma nova rubrica no Orçamento sem a aprovação da Assembleia de Freguesia, referindo não ser legal. Continuou sitando diferenças detetadas nalgumas rubricas como por exemplo a rubrica 020121 passou de dez mil euros para vinte e três mil e quinhentos euros, a rubrica 020225 passou de seis mil euros para dezoito mil e quinhentos euros. Terminou a sua intervenção solicitando uma explicação sobre a existência de uma grande diferença entre o valor inicial e aquele que foi alterado. -----

A Presidente da Mesa **deu a palavra ao Presidente da Junta, Rui Canas**, para que respondesse às questões colocadas. O mesmo começou por referir que quanto à prestação de contas existiam aspetos que tinham que ser enaltecidos porque estavam a falar da primeira vez que a União das Freguesias se tinha proposto gerir durante um ano o Orçamento, tendo em conta que o ano de dois mil e treze geriram um orçamento provisional; tendo em conta que em Maio nos Acordos de

Execução e Contratos Interadministrativos, feitos pela Câmara, houve uma alteração substancial na verba, tendo em conta que estão a trabalhar com receitas que não eram conhecidas como seja as transferências do IMI urbano e rural, o qual foi a primeira vez que entrou nas contas da Junta de Freguesia e do qual não se sabia o valor, apesar de ter sido solicitado diversas vezes às finanças; tendo em conta que a receita proveniente do IEFP também diminuiu, uma vez haver menos apresentações de desempregados; tendo em conta esses contratempos todos conseguimos executar noventa e cinco por cento daquilo a que nos propusemos, Quanto aos noventa e três mil euros que disseram que poderiam ter sido aplicados, não é bem assim, pois houve uma rubrica que teve que ser dotada de verba correspondente ao valor dos vencimentos referentes ao pessoal que propusemos admitir no concurso, mas como não foi concluído sobrou essa verba. Foram feitas seis alterações orçamentais, dentro do mesmo capítulo da despesa, ou seja não foi tirado dinheiro da área operacional para outra área como por exemplo para o Movimento Associativo e vice-versa. Quanto à rubrica que tinha sido aberta sem conhecimento da Assembleia e onde foram gastos noventa e cinco euros, aconteceu por erro do programa que abriu, no sistema, uma rubrica nova e colocou essa quantia, o que levou a que os serviços contactassem a empresa FRESOFT que não conseguiu resolver o problema. No entanto essa verba tinha sido gasta em cursos de formação dos funcionários. Quanto ao saldo final do anterior Protocolo de Competencias tinha sido originado pela fusão das três freguesias, as quais tinham maneiras de trabalhar distintas umas das outras, o que originou essa discrepância resultando na entrega à Câmara da verba que não tinha sido usada. Quanto ao saldo final de três mil quatrocentos e oito euros e cinquenta e sete cêntimos, que não tinham gasto, estava relacionado com o aumento de verba que a Câmara tinha enviado para colmatar o aumento do valor dos vencimentos que o governo teve que restituir, mas não iria ser devolvido porque, para além da aplicação dessa verba já estar destinada na aquisição de material para a obra de Vanicelos, que só não foi adquirido derivado a um atraso numa alteração na obra, também o atual Protocolo de Competências é diferente, pois tem uma “filosofia de mandato” ou seja só serão feitos os acertos e a avaliação no final do mandato, portanto desde que a execução não seja inferior a dois terços daquilo a que estão agendadas não carecem de penalização. Terminou a sua intervenção referindo que estava satisfeito com a execução do Orçamento e com a realização dos trabalhos a que se tinham proposto, não esquecendo que todas as contas e compromissos estavam em dia e liquidados, até mesmo algumas que tinham herdado dos anteriores Executivos.---- Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, referindo que em termos de valores de execução noventa e cinco por cento era um valor interessante, mas não era verdade que tinha mexido em poucas rubricas, pois em cem foram alteradas setenta por cento, principalmente em termos salariais tinham sido todas alteradas e algumas com verbas elevadas, o que não quer dizer que não fossem necessárias essas alterações, mas deveriam ter sido comunicadas à Assembleia para que todos ficassem informados e conseguissem entender o porquê. Terminou referindo que apesar da explicação que o Presidente tinha dado e de terem noção de que as verbas foram aplicadas continuavam com dificuldade em quantificá-las, pois seria interessante sabermos o que tinha sido feito no sentido operacional com as verbas que se pouparam a nível de recursos humanos. Também deveriam ter uma noção mais concreta do que está a ser feito no Centro Operacional de Vanicelos, assim como a forma de contratação dessas pessoas, porque aparecem atos únicos em pagamentos mensais. Como há pessoas que estão afetas a um determinado modo e depois são pagas de outro modo. Como é que há pessoas administrativas que fazem trabalhos num outro lado. Estas informações vão sendo referidas superficialmente nos relatórios só que nunca nos foi dada uma explicação nem nos forneceram um organograma para sabermos o que as pessoas fazem e onde operam. Terminou referindo que a receita do Mercado da Lota vinha sempre com valores muito altos, no entanto não fazia sentido pois a execução ficava dentro dos sessenta por cento, pelo que dava a entender que o Mercado da Lota tinha bastantes faltas de pagamento, ou seja que a Junta não recebia essas verbas.

Teve a palavra o membro da bancada do PS, **Paulo Silva**, referindo que o Executivo arranjava sempre desculpas para os erros e não era justificação dizer que houve um erro de um funcionário na criação de uma rubrica que não estava no outro Orçamento e que a FRESOFT não conseguiu corrigir, pois se errou só tinha que ter corrigido pois qualquer programa dá para anular. Se não o fizeram foi porque não quiseram, mas é de admirar como é que a empresa não corrigiu, uma vez que eles possuem assistência remota. Terminou referindo que se o Presidente tivesse dito para corrigirem o erro, nem a Assembleia tinha sabido, portanto a culpa tinha sido o Presidente que deixou passar. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, apelando ao bom senso de todos os membros da Assembleia para a seguinte rubrica 0407010100 atividades sociais que foi reforçada em quarenta mil euros e questionou quantas famílias foram ajudadas pela Junta, porque no relatório diz cento e quarenta atendimentos, pode-se fazer mil atendimentos e ajudar duas famílias e foi uma rubrica que gastou sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta euros. Continuou perguntando quantas famílias ajudaram, porque era muito importante saber o que se passava numa rubrica que tinha tido um reforço de quarenta mil euros. -----

Teve a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, **Carlos Branco**, questionando se os comerciantes do Mercado da Lota têm cumprido com os pagamentos, se têm havido atrasos ou se tinha sido algum perdoado, uma vez que aparece no relatório uma rubrica com previsão de oitocentos euros para multas, Juros de Mora e atrasos. Terminou referindo que nas duas Moções que tinha aprovado tinha reparado que estava mencionado um subsídio familiar a crianças e jovens previsto em vinte euros que não tinha sido executado e também tinha reparado que o consumo de água no Mercado da Lota estava previsto mil euros e apenas se consumiram cento e um euros e cinquenta e um cêntimos, gostaria de saber se tinha havido algum acordo sobre o fornecimento de água no Mercado da Lota ou qual tinha sido a razão em relação à referida rubrica. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa, referindo que o número de alterações orçamentais e realçou para o facto de não estarem a falar de revisões mas sim de alterações orçamentais, tinham sido muito elevadas. Continuou dizendo que a Prestação de Contas estava longe da que tinha sido aprovada em abril, a atual execução estava completamente diferente. No entanto haviam coisas que não percebia muito bem, concordando com o membro Paulo Gomes, quando ele se referia às críticas e aos problemas que os membros da CDU levantavam nas Sessões de Assembleia de S. Julião. Seguidamente foi referindo que a Rubrica de Outros Bens passou em abril, de dez mil para vinte três mil e quinhentos. Têm rubricas de outros serviços que passam de seis mil para dezoito mil e quinhentos, sem sabermos como e onde foi gasto. Nas sociais vão de vinte e nove mil para sessenta e nove mil. Nas culturais que vão de trinta mil para quarenta e dois mil. Seguidamente realçou que estas são as alterações maiores, no entanto existem mais. Quanto ao PPI também tinha sido bastante alterado, no entanto a Execução tinha sido baixa, estando longe dos cem por cento e ainda ficam por gastar noventa e três mil e quinhentos euros, que apesar de já terem sido justificados pelo Presidente da Junta, em dezembro poderiam ter sido aplicados em outros setores como por exemplo, numa câmara frigorífica para a Lota, em parques infantis, etc..., uma vez que nessa altura já sabiam que não os iriam gastar no concurso. Terminou referindo que para além de todos estes documentos que enviaram e constituem a ordem de trabalhos, faltava a Norma de Controlo Interno, que não estava no relatório e deveria estar para que todos tivessem conhecimento do funcionamento da parte financeira da Junta, referiu, ainda, que esse documento nunca tinha sido entregue na Assembleia e questionou o Presidente da Junta se o mesmo tinha sido aprovado em reunião de Executivo. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta começando por esclarecer que na parte social a Junta não tinha que dar dinheiro a pessoas e/ou famílias, pois para além de não ser esse o seu perfil, também não podia dar dinheiro a particulares. As verbas correspondentes à área social eram para programas e projetos nesse campo. Quanto aos sessenta e nove mil euros, informou que eram para pagar a

prestação de serviços na área da Conservação e Manutenção de Espaços Verdes que a empresa Flores da Arrábida nos fazia, ao abrigo do Protocolo que a Junta tinha com a APPACDM e que por ser uma empresa de Ação Social foi lançada nessa rubrica, pelo que anteriormente estava mal lançada na rubrica de Conservação de Bens. Seguidamente informou que a verba da rubrica onde estava inserido o Mercado da Lota tinha que ter o valor total das mensalidades referentes a esse ano, independentemente de pagarem ou não. Quanto aos pagamentos em atraso, referiu que apesar de existir um regulamento para cumprir onde consta a obrigatoriedade do pagamento das mensalidades, a Junta não se sente com o direito de o pôr em prática, uma vez o espaço do Mercado não oferecer as condições mínimas para as pessoas trabalharem, problema que existe há bastante tempo, mas que tem sido estudado no sentido de conseguirem uma solução viável para ambas as partes e nesses melhoramentos está incluído o frigorífico. A verba da cultura sofreu alteração derivado ao aumento das despesas que houve com o evento FESTASSO. Quanto à aplicação que se deveria ter feito dos noventa e três mil euros, referiu que há mais de oito meses que estão a aguardar uma resposta do Instituto de Gestão Financeira quanto à licença para a requalificação do Mercado da Anunciada, transformando-o em duas zonas distintas, uma para armazém/oficina da área operacional e outra para os vendedores que têm as bancas. Quanto às reparações das calçadas, informou que têm sido reparadas bastantes, não estando espelhadas na despesa derivado ao material ser concedido pela Câmara e a mão-de-obra ser dos funcionários da Junta. Terminou a sua intervenção referindo que a Nota de Controlo interno não tinha sido aprovada em Executivo, por esse motivo não tinha sido incluída na ordem de trabalhos para a Assembleia apesar de saber ser obrigatório. Continuou esclarecendo que a Prestação de Contas era um documento técnico e não político; quanto à rubrica que o programa tinha criado, só após o Executivo ter aprovado o documento e ele ter sido enviado para a Assembleia é que o engano foi detetado. Nessa altura os serviços foram informados, o erro corrigido tendo ido a nova reunião de executivo; portanto ao ser enviado para o Tribunal de Contas já ia corrigido, no entanto como o documento se referia às contas do ano passado que já estavam fechadas não se podendo alterar, teve que ser feita uma nota explicativa a acompanhar. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, referindo que, no que respeitava aos pagamentos das bancadas do Mercado da Lota, uma vez que o espaço não oferecia as condições necessárias deveriam baixar as taxas aplicadas. Quanto ao erro informático, que não deveria ter acontecido e/ou pelo menos ser retificado, deveriam ter emitido uma nota explicativa a acompanhar o documento quando foi distribuído. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, **Paulo Gomes**, referindo que as desculpas referidas não eram justificação para o erro que aconteceu, deveriam ter feito o “trabalho de casa” e era de bom-tom assumir o que se fazia, tanto aqui na Sessão como em qualquer lado, para que não transparecesse em outros locais que “as coisas boas são feitas pela CDU e as outras pelos restantes partidos”, pediu que tivessem atenção a esse pormenor. -----

Teve a palavra a **Presidente da Assembleia**, referindo que gostava de compreender a que se referem as rubricas de nome “Outras”, para além de que foram feitas grandes alterações sem haver nenhuma nota explicativa sobre essas alterações. Terminou referindo que o Orçamento tinha sido executado sem Norma de Controlo Interno e que era substancialmente diferente daquele que tinha sido aprovado em Abril e sem haver uma explicação.

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Ana Nieto**, referindo que em relação à Reconciliação Bancária na Caixa Geral de Depósitos existia uma transferência de trezentos e noventa e nove euros e dezanove cêntimos que se deve a uma cobrança coerciva para uma autoridade tributária, gostava de saber o porquê deste pagamento. -----

O membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, perguntou de onde tinha saído a verba para o pagamento à empresa Flores da Arrábida.-----

Ao que o Presidente da Junta respondeu que esse pagamento estava incluído no Protocolo de Competências pago pela Câmara ao abrigo dos acordos. -----

Teve a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, **Carlos Branco**, referindo que na Caracterização Entidade, do mesmo modo que os deputados da Coligação Democrática Unitária foram eleitos como Coligação, também os deputados eleitos pela Coligação Por Setúbal, Por Si o foram e não estão assim mencionados, foi da opinião que se devia corrigir porque foi como Coligação que concorreram às eleições.-----

A **Presidente da Mesa** concordou com o que foi dito pelo membro Carlos Branco, referindo que deve ser retificado tanto na Assembleia como no Executivo, uma vez que concorreram como Coligação e não pelo partido a que pertencem. Seguidamente colocou A PRESTAÇÃO DE CONTAS/2014 para votação sem a Nota de Controlo Interno e com a alteração na Caracterização Entidade, tendo a mesma ficado **reprovada** com oito votos a favor (7 CDU; 1 BE); e onze votos contra (4 da Coligação Por Setúbal, Por Si; 7 PS).-----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Silva, o qual leu e entregou à Mesa uma declaração de voto da sua bancada como justificativo de terem votado contra (anexo 11). -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, o qual leu e entregou à Mesa uma declaração de voto da sua bancada como justificativo de terem votado contra (anexo 12).

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, **Alberto Pereira**, referindo que o artigo trigésimo oitavo do nosso Regimento diz taxativamente que não são admitidas, as leituras de declarações de voto no modo de intervenções e o que se tinha acabado de ouvir tinha sido precisamente isso, ou seja intervenções como declarações de voto, o que impossibilitou as bancada de responderem e a Mesa não poderia ter admitido coisas desse género, é ilegal, está previsto no Regimento da Assembleia e futuramente agradecia que a Mesa não consentisse intervenções deste tipo transformadas em declarações de voto. -----

A Presidente da Mesa, dado o horário já ter passado da meia-noite, colocou á consideração da Assembleia se continuavam a Sessão, ou se adiavam para quinta-feira. Todos foram unanimes em continuar. Seguidamente passou ao quarto ponto da ordem de trabalhos – **APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS**. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, referindo que o Inventário estava extenso dando a ideia de não ter havido abatimentos, o mesmo se passava com os valores. Terminou referindo que deveria ser revisto. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, explicando que este Inventário consistia na união dos três Inventários das três Junta, tendo por base o Programa feito pela FRESOFT, o qual faz as desvalorizações automaticamente. Terminou referindo que a Junta assim que tiver disponibilidade formará uma equipa para rever todo o equipamento relacionando-o com o Inventário existente e assim atualizá-lo. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, referindo que o Inventário tinha que ser alterado pois estava desatualizado, fora de razão, principalmente nas desvalorizações e que pelo menos nas aquisições mais recentes deveriam ter tido esse cuidado, tendo em conta o valor dos seguros, quanto ao material com mais de quatro anos aos valores deveriam estar a zero, apesar de continuarem a existir. -----

Teve a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, **Carlos Branco**, referindo que na página cinquenta e um onde faziam referência à Grua, faltava mencionar a Matrícula.-----

A Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções, passou ao quinto ponto da ordem de trabalhos do dia – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL/2015**, tendo colocado a mesma para discussão. -----

O membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, referiu que a sua bancada tinha concluído que o saldo da conta gerência - que resulta dos documentos de prestação de contas - de um ano não pode ser inscrito no orçamento do ano seguinte, sem que os documentos de

prestação de contas sejam aprovados pela Assembleia de Freguesia. Mediante isto como a prestação de contas do ano 2014 foi reprovada este ponto não tem razão de existir.

A **Presidente da Mesa** perguntou ao membro, Gaivéo, qual tinha sido a lei em que ele se tinha baseado, se tinha sido na 75/2014, tendo este entregue o documento na Mesa. Seguidamente a Presidente da Mesa informou que tinha sido num parecer jurídico da CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, mais propriamente no “PARECER JURIDICO Nº 5 / CCDR-LVT / 2012. (anexo 13), o qual fazia referencia - “que o saldo da conta gerência - que resulta dos documentos de prestação de contas - de um ano não pode ser inscrito no orçamento do ano seguinte, sem que os documentos de prestação de contas sejam aprovados pela Assembleia de Freguesia”. -----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, **Jorge Martins**, referindo que se tinha sido aprovado o orçamento de 2015 sem estarem as contas de 2014 fechadas, qual o motivo de não ser permitido fazer uma Revisão Orçamental, o que é que ela tem a ver com o resto. -----

A Presidente da Mesa referiu que a revisão Orçamental em questão advém do facto do saldo de gerência do ano anterior passar para este, esta revisão orçamental é deste saldo de gerência e o que o parecer diz é que “não sendo as contas do ano anterior aprovadas, esse saldo de gerência não pode transitar para o novo orçamento em execução”. Uma vez que a Assembleia delibera sobre leis e não sobre pareceres colocou a **1ª Revisão Orçamental/2015 para votação**, tendo a mesma ficado **aprovada** com oito votos a favor (7 CDU; 1 BE) e onze abstenções (4 Coligação Por Setúbal, Por Si; 7 PS). -----

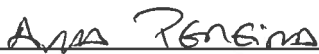
Seguidamente a Presidente da Mesa, como o sexto ponto da ordem de trabalhos do dia tinha sido retirada passou ao sétimo ponto da ordem de trabalhos do dia – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**, tendo o colocado o mesmo para discussão. Não havendo intervenções colocou-o para votação, tendo o mesmo ficado aprovado por unanimidade. -----

Não havendo mais nenhuma intervenção nem nenhum assunto a tratar, a Presidente da Mesa, após ler as deliberações feitas em minuta desta ata, colocou a mesma para votação, a qual ficou aprovada por unanimidade e deu por encerrada a Sessão, quando eram duas horas do dia vinte e nove de abril do ano dois mil e quinze. -----

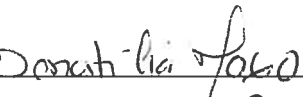
E para constar se lavrou a presente ata que contem quinze páginas e que depois de aprovada em Sessão da Assembleia de Freguesia, vai ser assinada e autenticada pelos membros da Mesa. -----

REDIGIDA E DACTILOGRAFADA POR: Maria Luísa Marques
CORRIGIDA POR: Donatília Moço

Presidente da Assembleia de Freguesia



1ª Secretária



2ª Secretária



Moção

Em defesa das 35h e da publicação do ACEEP

Em Fevereiro de 2014 foi celebrado entre a União Freguesias de Setúbal e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) o Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) onde, entre outras matérias, foi acordada e fixada a manutenção do período normal de trabalho em 35 horas semanais.

O Governo, pela mão da Secretaria de Estado da Administração Pública (SEAP) veio recentemente procurar firmar critérios balizadores às autarquias para a sua intervenção negocial no âmbito da celebração de ACEP.

Pelo entendimento que a SEAP deixa transparecer sobre a dimensão autonómica do Poder Local Democrático e o seu papel no quadro político-constitucional vigente, por pretender simplesmente apagar todo o percurso realizada até agora pelas partes envolvidas na negociação colectiva ou as posições que, de forma clara e perentória, foram sobre esta matéria assumidas por diversas autarquias e, entre outros, pelo Provedor de Justiça ou pela Área Metropolitana de Lisboa, esta postura revela-se inaceitável.

Confirma-se o que as Autarquias têm vindo a afirmar ao longo de todo este tempo: a vontade do Governo de intervir diretamente nos processos de negociação coletiva entre autarquias e sindicatos, condicionando-os, bem como à vontade das partes envolvidas, desde logo através da imposição de matérias de “negociação obrigatória” como a flexibilidade e o banco de horas.

A vontade que o Governo demonstra em “começar de novo”, “voltar ao princípio” e “reiniciar processos negociais”, representa um acto de manifesta má-fé, como se as

Autarquias não houvessem já, de forma válida e ao abrigo dos regimes legais habilitantes em vigor, realizado todo esse percurso, encontrando, com os seus trabalhadores e as suas associações sindicais representativas, o caminho que, no quadro da sua autonomia constitucional e em correspondência com os seus interesses democraticamente aferidos e ponderados, lhes serve.

Afirmar a autonomia do Poder Local Democrático e os direitos dos seus trabalhadores é assim reiterar a nossa vontade e intenção de, como até aqui, promover por todos os meios ao nosso alcance o direito das autarquias locais à negociação coletiva num quadro de liberdade e autonomia consentâneo com o regime constitucional e com o direito internacional vigente, bem como a publicação e depósito dos ACEP validamente negociados e celebrados, fazendo assim cessar os impedimentos ilegais que o Governo vem levantando aos mesmos.

Neste sentido,

A Assembleia de Freguesia/União de freguesias de Setúbal, reunida em sessão pública no dia 28 de Abril de 2015, afirma:

- a) O direito das Autarquias Locais a encetarem e concluírem, num quadro de autonomia efetiva, compatível com as normas nacionais e internacionais vigentes, negociações tendentes à celebração de Acordos Coletivos de Empregador Público;
- b) A firme rejeição de qualquer intervenção do Governo nos processos de negociação coletiva;
- c) A necessidade de publicação e depósito de todos os ACEEP validamente celebrados, fazendo assim cessar os obstáculos levantados pelo Governo.





(ANEXO 7)

(B)

Aprovado
28/04/2015

MOÇÃO EVOCATIVA 41 anos do 25 de Abril

Madrugada de 25 abril de 1974, há 41 anos o país acordava com a notícia que há muito esperava, a ditadura caía pela luta e pela força de um povo que ansiava a Liberdade, aliada à coragem dos militares de Abril.

O Povo saiu à rua, saudou os militares com Cravos vermelhos, e o dia começava limpo e inteiro em que o silêncio foi interrompido com vivas à Liberdade, à Democracia, à Libertação dos Presos Políticos, ao fim da Guerra Colonial e à Justiça Social.

Portugal e os portugueses renasciam da escuridão, da opressão, da censura, do exílio, da prisão.

Nesse dia a Democracia tinha o caminho aberto para o voto livre, para a liberdade de imprensa e de expressão, para a liberdade de reunião e associação.

A Revolução dos Cravos permitiu iniciar-se a construção dos pilares do Estado Social próprio de uma sociedade mais inclusiva e mais igualitária.

Construíram-se novas escolas e abriram-se as portas da escola pública a todos e a todas independentemente da cor, do género ou classe social; construiu-se um Serviço Nacional de Saúde; construiu-se comunicação, pelas estradas, pela rádio, pela televisão, pelas novas tecnologias.

Um país novo começava a ser mais que um sonho, começava a ser uma realidade nova que nunca poderemos deixar de enaltecer e de assinalar.

Comemorou-se neste 25 de Abril, em simultâneo, os 40 anos das primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte que teve como objetivo político a aprovação de uma nova Constituição Democrática.

O dia de 25 de abril é de festa, mas é também de afirmação da necessidade de refletirmos sobre o tempo que vivemos e sobre o futuro.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, saúda todos e todas os/as deputados/as que em longas reuniões plenárias de grande fervor político e partidário conseguiram dar ao país de Abril uma lei fundamental em que os portugueses ainda hoje se revêm nos seus princípios.

É tempo de como escreveu Miguel Torga “de repensar esta nesga de terra”, tendo sempre presentes os valores de abril, os direitos e deveres de abril, conquistados em prol do progresso, do desenvolvimento sem os quais não haverá plena liberdade e justiça social

Abril valeu a pena e tem que continuar a valer a pena.

VIVA O 25 de ABRIL

Os subscritores,

MOÇÃO 1º DE MAIO

A revolta de 500 mil trabalhadores em manifestação nas ruas de Chicago, em luta por um trabalho digno, marcaria para sempre o curso da história no mundo laboral, uma vez que até 1886 os direitos sociais no trabalho eram apenas uma miragem.

Nesse sentido, o 1º de Maio de 2015 deverá prestar uma justa homenagem aos homens e mulheres que ousaram romper com a injustiça e com a exploração, participando numa marcha sangrenta onde muitos perderam a vida na luta por direitos que viriam a beneficiar as gerações futuras.

Importa, também, recordar e enaltecer os setubalenses que em 1962, com greves e manifestações que juntaram trabalhadores de todas as profissões numa luta contra a repressão, contra as desigualdades e pela liberdade de expressão, desafiaram o Estado Novo.

Os problemas atuais são diferentes, mas igualmente desafiantes. Com uma taxa de desemprego no Concelho de Setúbal de 15,6%, claramente superior à média nacional, este drama social deverá merecer uma especial atenção nos próximos anos.

No atual ambiente económico de crise acentuada em todo o Mundo, a defesa dos trabalhadores e de condições de trabalho dignas e justas são um imperativo.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, no reconhecimento da importância destes factos históricos, apela à participação cidadã de todos os setubalenses e azeitonenses nas comemorações do 1º de Maio próximo, para que este seja um momento agregador das várias gerações na defesa do aumento do salário mínimo, na diminuição da desigualdade das remunerações entre mulheres e homens, no desenvolvimento dos recursos humanos quanto à qualificação, formação e aprendizagem permanente, pelo diálogo social e compromisso, pela paz social.

Só com a partilha do esforço de recuperação económica e com a justa repartição da riqueza criada entre empresas e trabalhadores será possível ultrapassar este período difícil da nossa história.

Setúbal, 28 de abril de 2015

Os subscritores



Bloco de Esquerda

(ANEXO 9)

Moção

Em defesa da proteção de crianças e Jovens em risco

①
Aprovada
28/04/2015

Considerando que:

1. As Comissões de Proteção das Crianças e Jovens em risco (CPCI) são entidades públicas, sem autonomia administrativa, mas com uma função muito precisa e determinante na deteção, no acompanhamento e na proteção das crianças e jovens em risco.
2. Foram criadas pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, e têm base municipal, prevendo a lei que, em municípios com maior número de habitantes, possam ser criadas mais.
3. Têm, na sua modalidade alargada, uma ampla participação de serviços públicos, quer locais quer outros de âmbito nacional que atuam no território concelhio – câmara e assembleia municipais, educação, saúde, segurança social, segurança pública – bem como de entidades associativas e de solidariedade social, entre outras.
4. Nesta reunião, normalmente realizada de dois em dois meses, os parceiros acertam estratégias de prevenção de risco, avaliam procedimentos e corrigem-nos se for caso disso, programam atividades de sensibilização nas escolas, nas comunidades e nas famílias, enfim, ajudam a construir esta enorme rede de proteção às crianças e jovens.
5. O corpo técnico destas comissões – a que a lei chama de modalidade restrita – é composto por psicólogos, assistentes sociais, professores, educadores de infância, entre outros, que, tendo uma boa preparação, na maior parte das situações, sem limites horários e com uma dedicação enorme, coligem e tratam a informação sobre os casos que lhes são presentes pelas escolas, pelas forças de segurança e pelas outras entidades e delineiam a estratégia a adotar para cada um deles.
6. Este pessoal técnico é 'cedido' ou pela Segurança Social, pela Câmara Municipal e/ou pelo Ministério da Educação, por um número de anos limitado e, por vezes, até em horário parcial. Estas comissões socorrem-se muito de recém-licenciados em estágios ou até, na maior parte das vezes, em atividades de voluntariado.
7. Todo este conjunto de profissionais e de representantes de entidades da comunidade procedem sob a tutela do Procurador da República que, em casos limite, toma o assunto à sua exclusiva responsabilidade.
8. Até chegar a esse ponto, há todo um conjunto de procedimentos a levar a cabo pela equipa técnica, que incluem contactos diretos com as famílias das crianças sinalizadas e que exigem um esforço gigantesco, atendendo ao facto de estes casos terem aumentado muito nos últimos anos, quer os novos, quer os transitados de anos anteriores, quer ainda os que já estavam arquivados.
9. Por todas estas razões, este trabalho é duma importância enorme na prevenção e no tratamento de problemas muito sérios que abalam o tecido social em que nos movemos.



Bloco de Esquerda

...(Em defesa da proteção de crianças e Jovens em risco)...

Perante as últimas decisões do governo que, sobretudo com a medida recente de reduzir o pessoal disponibilizado para as CPCJ pela Segurança Social, têm criado enormes dificuldades ao seu funcionamento, assim, os membros desta Assembleia de Freguesia:

1.º Manifestar a sua grande preocupação pelas condições de extrema fragilidade em que estão a funcionar as CPCJ no País onde se inclui a CPCJ deste concelho, com enormes restrições, designadamente quanto aos recursos humanos disponibilizados pelo governo.

2.º Exigem que o governo através do ministério da segurança social reponham nas CPCJ o número de técnicos necessários ao seu normal e proveitoso funcionamento, sob pena de, não acontecendo assim, os problemas sociais tenderem a agravar-se cada vez mais, nesta faixa etária de extrema sensibilidade.

3.º Repudiam o anúncio feito pelo Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social da doação de 116 mil euros a IPSS's para "reforçarem" com técnicos as CPCJ, ao mesmo tempo que esvazia estas estruturas e despede profissionais com provas dadas. Esta delegação encapotada de competências das CPCJ para as IPSS's reforça a intenção de o Estado se desresponsabilizar por uma área vital, para o futuro de milhares de crianças e jovens, cuja privatização seria totalmente irresponsável.

Setúbal, 28 de abril de 2015

Calos Branco, eleito pelo Bloco de Esquerda.



Bloco de Esquerda

(Anexo 10)

Moção

A água é um bem público, não pode ser privatizada

ⓔ
Aprovada
28/04/2015

As autarquias estão a ser confrontadas com uma ofensiva governamental contra a autonomia do poder local. Também na gestão pública dos sistemas de águas, a proposta do governo sobre a designada “Reestruturação do Setor das Águas”, no seguimento da Lei nº 12/2014, de 6 de Março, retira às autarquias a responsabilidade da administração e gestão dos serviços públicos de abastecimento de água.

Com esta designada “Reestruturação”, que impõe a fusão dos atuais 19 sistemas multimunicipais em apenas cinco: Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo e EPAL, Águas do Alentejo e Águas do Algarve, são postas em causa as legítimas opções das autarquias, é imposto o aumento generalizado dos tarifários independentemente das decisões municipais, as receitas e os ativos dos sistemas em alta realizados com investimento autárquico são transferidos para novas entidades, o papel das autarquias nos sistemas “em alta” é desvalorizado, é dado um grande passo para a privatização da distribuição “em alta” .

A privatização não resolverá nenhum problema do setor das águas. A privatização do setor prejudicará o país como um todo, induzirá um custo ao utilizador muito acima do necessário e cavará a desigualdade social no acesso à água.

Como elo mais próximo de ligação entre a cidadania e o Estado, dado o seu carácter de representação política e democrática, esta Assembleia de Freguesia não pode ficar alheia a esta temática, sendo um órgão democrático ao alcance das pessoas, através do qual podem tomar voz e ver reivindicados os seus direitos.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Setúbal, reunida em 28 de Abril de 2015, DELIBERA:

- **Manifestar a sua oposição à designada “Reestruturação do Setor das Águas” que impõe pesados aumentos na fatura cobrada às autarquias e impactos negativos nos preços pagos pelos consumidores finais;**
- **Reclamar a participação das autarquias locais na definição de políticas para o setor das águas que, corrigindo as insuficiências já detetadas, garantam a continuação dos indiscutíveis progressos já alcançados na captação e distribuição da água às cidadãs e cidadãos do país.**

Setúbal, 28 de abril de 2015

Calos Branco, eleito pelo Bloco de Esquerda.



União das Freguesias de Setúbal

Recebido
02/04/2015

DECLARAÇÃO DE VOTO

ANEXO 11

DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SETÚBAL

ELEITOS NAS LISTAS DO PARTIDO SOCIALISTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014

O orçamento e a sua execução (prestação de contas) são dois dos documentos mais importantes de discussão política, pois um define opções e estratégia e o outro reflete a sua execução.

Para analisar esta prestação de contas temos por isso que fazer recair a nossa análise sobre o orçamento de 2014.

Assim sendo e numa primeira análise, esta prestação de contas reflete um elevado número de alterações orçamentais, das quais não foi dado qualquer conhecimento aos vogais do Partido Socialista durante a execução deste orçamento. Não foi dado qualquer conhecimento, nem foram essas alterações apresentadas/propostas em/ao executivo, pelo que o orçamento inicialmente aprovado foi abusivamente alterado, estando longe do orçamento e PPI aprovados.

Com efeito, apesar das competências da junta (executivo) delegadas no presidente, considerando o elevado número de alterações efetuado ao Orçamento e ao PPI, consideramos que teria revelado boa fé da parte deste ter partilhado com o restante executivo as alterações efetuadas, o que não se verificou.

Por outro lado, a execução orçamental da receita ronda os 95%, contudo conclui-se que este valor é muito influenciado pela execução em 266,7% da rubrica 08019999 (diversas) e em 134,11% da rubrica 06050199 (outras). Sendo que não foi apresentada justificação plausível para a origem destas receitas.

Acresce ainda que, na execução orçamental da despesa, constam rubricas alteradas em diferenças muito elevadas tais como em 020121 de 10.000€ para 23.500€, com uma execução de 95%, na rubrica 020225 de 6.000€ para 18.500€, com uma execução de 98%, para os quais não foram apresentadas justificações plausíveis.

Como se não bastasse, a prestação de contas apresenta uma rubrica aberta (010206) no Controlo Orçamental da Despesa que não constava no orçamento inicial e que nunca foi aprovada quer pelo órgão executivo quer pelo órgão deliberativo.

Por fim e uma vez mais em contradição ao inicialmente aprovado e sem que qualquer proposta de alteração fosse apresentada em executivo, a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos sofreu uma diminuição de 4.246,32€, sendo que o valor inicialmente aprovado



União das Freguesias de Setúbal

era de 108.500€ e esta prestação de contas refere 104.253,68€. Apesar da redução registada, o nível de execução final ficou-se simplesmente pelos 45,18%.

Pelas razões enunciadas, os deputados da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, eleitos nas listas do Partido Socialista, votam contra este relatório e prestação de contas de 2014.

Setúbal, 28 de abril de 2015

Os Deputados do PS,

A collection of handwritten signatures in blue ink, representing the deputies of the Socialist Party (PS). The signatures are arranged vertically and include names such as 'Alexandre G.C.', 'Vitor Manuel', and 'Paulo Lopes'.

Recebido
28/04/2015

ANEXO 12

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os eleitos pela coligação “Por Setúbal, Por Si”, votam contra a Proposta da Prestação de Contas relativas ao ano de 2014, pelos seguintes motivos:

1. A prática reiterada, de alterações de rúbricas, demonstra que o Orçamento, revisto e aprovado em Abril de 2014, foi elaborado de forma pouco rigorosa e sem efectiva articulação com as Grandes Opções do Plano.

Sendo exemplo disso, reforços substanciais em rúbricas, com Classificação Económica meramente residual, nomeadamente; a rúbrica 020121 – Outros Bens, a Rúbrica 020225 – Outros Serviços e a rúbrica 06020305 – Outras.

2. A criação de uma rúbrica, 010206 – Formação (dotada e utilizada), não tendo sido alvo de Revisão Orçamental, por parte desta Assembleia, como disposto na alínea a) do ponto 1 do artigo 9º da lei 75/2013, situação que consideramos ser de extrema gravidade, pois poderá traduzir a forma pouco rigorosa com que foram elaboradas as classificações económicas.
3. Por último, a nossa posição é também resultado dos esclarecimentos pouco precisos e confusos, às questões colocadas pelas diversas bancadas, o que só reforça a nossa opinião de pouca transparência e rigor nos documentos apresentados.

Neste sentido, reafirmamos o nosso voto contra em nome da Coligação “Por Setúbal, Por Si” (PSD/CDS).

Setúbal, 29 de Abril de 2015

